



Índice

- 01** Índios ocupam ferrovia da Vale que corta aldeias de Aracruz
- 02** Lideranças Kaingang exigem revogação imediata da Portaria 303 na AGU
- 03** Indígenas e empresas discutem como ampliar boas práticas de relacionamento
- 04** Universidade indígena começa a ser debatida pelo MEC
- 05** Vitória do Povo Xakriabá
- 06** Encontro da UFRB reúne estudantes negros, indígenas e cotistas
- 07** Comissão Nacional da Verdade volta a MS dias 25 e 26 de abril para ouvir os Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié-Xavante
- 08** Ruralistas defendem marco temporal para demarcação de terras indígenas
- 09** Jornalista é obrigado a retirar comentários ofensivos a índios em páginas do Facebook
- 10** Ribeirinhos e índios fazem protesto em Altamira
- 11** Prefeitura de Bujari leva atendimento itinerante às comunidades do Baixo-Antimary
- 12** Comunidades indígenas Yawanawá recebem capacitação
- 13** Índios ocupam ferrovia da Vale que corta aldeias de Aracruz
- 14** Quilombolas de Arroio do Meio terão ponto de cultura
- 15** Você repórter: Miss Indígena Pantaneira 2013, por Jabez Gabriel



- 16** Prefeito Betinho participa de entrega de escola em aldeia indígena de Assis Brasil
- 17** Inscrições para o III Jogos Universitários Indígenas estão abertas
- 18** Procuradores asseguram atuação da Funai para retirada de não-índios da Terra Indígena Yanomami
- 19** Comitiva de lideranças indígenas do Projeto Cruviana viaja ao Mato Grosso para visitar mini hidrelétricas
- 20** MPF/AM requer conclusão de demarcação de terras indígenas do Médio e Baixo Rio Negro
- 21** Governo Federal usará força militar para frear demarcação de Terra Indígena Kaingang
- 22** No RS, índios Kaingang bloqueiam mais uma rodovia e ocupam sede da Funai
- 23** Candidato ao Vale-Universidade Indígena deve ficar atento à divulgação da seleção preliminar
- 24** Br 285 permanece bloqueada por indígenas
- 25** Brasileiros denunciam violação de indígenas e povos tradicionais em Belo Monte
- 26** Buscas por aeronave que desapareceu no Pará são retomadas nesta manhã
- 27** Comitiva de lideranças indígenas do Projeto Cruviana viaja ao Mato Grosso para visitar mini hidrelétricas
- 28** PA – Passageira de avião que levava equipe de saúde indígena para aldeia pediu ajuda por mensagem



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

-
- 29** [Estudantes de Humaitá com período letivo comprometido devem procurar campus para regularizar situação](#)
 - 30** [A Antropóloga Berta G. Ribeiro](#)
 - 31** [Fundação Cultural Palmares certifica mais 19 comunidades quilombolas](#)



Índios ocupam ferrovia da Vale que corta aldeias de Aracruz
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 18.03.2014

Após três anos de tentativas, Vale acordou pagar indenização aos índios a título de compensação, mas recuou no dia de definir forma de pagamento, nesta terça-feira

Any Cometti

Os índios das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, localizadas em Aracruz, norte do Estado, ocupam desde o início da tarde desta terça-feira (18) a linha férrea da Vale que corta as aldeias. O protesto foi organizado como uma resposta à falta de responsabilidade por parte da poluidora com um compromisso firmado anteriormente com a população indígena. Os índios lutam há três anos por uma indenização pelo uso de suas terras para a passagem da estrada de ferro da mineradora.

Os caciques Antônio Carlos, de Comboios, e Luiz Barbosa, de Córrego do Ouro, afirmam que a Vale cancelou nesta manhã, por telefone, a sua participação em uma reunião que aconteceria momentos depois e na qual seria firmado um acordo para destinar R\$ 19 milhões ao Plantar, projeto de agricultura desenvolvido pelos índios, como forma de compensação por usarem há mais de 30 anos as terras indígenas como base para sua estrada de ferro. O procurador da República responsável pelo caso, Almir Sanches, também foi avisado no mesmo horário pela poluidora.

Segundo os caciques, no dia 18 de janeiro foi feita uma reunião entre o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em suas instâncias nacional e estadual, a Vale e as lideranças e povo indígena. Na ocasião, o valor da indenização foi firmado em R\$ 19 milhões, acordados entre os índios e a empresa, uma verba necessária e calculada com base na agricultura desenvolvida nas duas aldeias. Além disso, a Vale se comprometeu a levar neste dia 18 de março sua proposta sobre a indenização.

Ao invés disso, a poluidora não apresentou um projeto e apenas avisou por meio de um telefonema que não compareceria à reunião, apresentando uma contra-proposta de R\$ 400 mil por uma mensagem de texto no celular (SMS). Os caciques afirmam que esse valor é insuficiente a todo o trabalho que deverá ser feito nas aldeias para manutenção e recuperação dos plantios tradicionais indígenas, uma forma de manterem sua cultura viva, como ressaltam.

De acordo com os líderes indígenas, um trem deveria ter passado pela estrada de ferro por volta das 15 horas, o que não aconteceu. O protesto reúne quase 600 índios de ambas as aldeias, acampados nas proximidades da linha férrea. Os caciques afirmam que o protesto só terá fim quando a Vale assumir a responsabilidade de debater diretamente com os índios o valor da sua contra-proposta. O cacique Luiz informou que o Ministério Público Federal irá requerer ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que interdite o uso da estrada de ferro.



Lideranças Kaingang exigem revogação imediata da Portaria 303 na AGU
SÍTIO CIMI, 18.03.2014

Cerca de 50 lideranças indígenas Kaingang entregaram na tarde desta terça-feira (18), durante reunião com o grupo técnico que estuda a Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), a “Carta Final do Povo Kaingang”, na qual, entre outras demandas, pedem a revogação da Portaria. Apesar da solicitação das lideranças, o ministro da AGU, Luis Adams, não compareceu à reunião, em atitude oposta às solicitações de agenda da bancada ruralista.

A Portaria 303, em vigor desde 5 de fevereiro, impede a revisão e ampliação de Terras Indígenas (TIs) no Brasil, já que estende as condicionantes da terra de Raposa Serra do Sol às demais TIs do país. “A resposta dos índios a essa portaria é não. São mais de 40 mil índios só no sul do Brasil, e somos contra. Ou vocês nos atendem ou matam todos nós”, disse o cacique Luis Salvador Kaingang, da Terra Rio dos Índios, do município de Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul.

O cacique ainda questionou ao grupo técnico “Somos brasileiros? Somos humanos? Se sim, então cadê nossos direitos? É justo que os filhos dessa terra mendiguem por território? Tudo isso é falta de vontade política”, finalizou Luis Salvador Kaingang.

As lideranças foram veementes na questão e se negaram a discutir a “adequação” da Portaria, por esta ser um ataque aos direitos das populações indígenas. Afirmaram que, caso a Portaria 303 não seja extinta, não haverá Copa do Mundo no Rio Grande do Sul. “Se não tomarem providências vamos agir na base. Vamos parar a cidade e não vai ter Copa”, afirmou o cacique Leonir Franco, da TI Passo Grande do Forquilha, no RS.

Reivindicação pela terra

Os índios Kaingang estão acampados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, desde segunda-feira (17) e têm reunião marcada para as 18 horas desta quarta-feira (19) com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, onde devem exigir uma resposta à reivindicação indígena sobre a aceleração dos processos de regularização fundiária nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Indígenas e empresas discutem como ampliar boas práticas de relacionamento
SÍTIO MERCADO ÉTICO, 18.03.2014

A discussão sobre os desafios das companhias para cumprir a legislação e adotar boas práticas no relacionamento com Povos Indígenas dominou a pauta do III Encontro Intersectorial Empresas e Povos Indígenas, realizado em 13 de março, em São Paulo, pela The Nature Conservancy e parceiros.

O debate reuniu, no Hotel Feller, cerca de 50 representantes de organizações indígenas, de empresas e do governo federal. Ele deu sequência a um conjunto de encontros promovidos pela TNC, desde 2012, com o objetivo de qualificar a reflexão sobre o tema e ampliar o diálogo entre indígenas, setor privado e órgãos públicos.

A primeira sessão do dia, composta por líderes indígenas e membros das organizações setoriais que vêm articulando a discussão entre as empresas, apresentou atualizações dos avanços dessa agenda entre as comunidades indígenas e os setores elétrico, de mineração e de papel e celulose. Já na segunda sessão, o antropólogo Artur Nobre Mendes, da Fundação Nacional do Índio (Funai), fez um histórico da conquista dos direitos indígenas no Brasil e respondeu a questões sobre o marco legal vigente para o relacionamento entre empresas e Povos Indígenas e temas como a dificuldade das empresas em atuar nas regiões onde vivem povos que preferem não ser contatados.

Consulta prévia em discussão

Na terceira mesa do dia, o antropólogo da Secretaria Geral da Presidência da República, Thiago Garcia, traçou um panorama dos direitos indígenas previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ganhou força de lei no Brasil após ser ratificada, em 2004. Ele também deu detalhes das propostas do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Regulamentação dos Mecanismos de Consulta, que é coordenado pela Secretaria Geral e que tem a finalidade de definir claramente como os povos indígenas devem ser consultados sobre projetos e políticas que afetam suas terras. Essa definição é uma das medidas mais urgentes que o governo precisa tomar para melhorar a relação entre empresas e povos indígenas, segundo depoimentos de lideranças de ambos os lados.

Por fim, uma mesa redonda e um debate aberto à plateia propuseram que os participantes ajudassem a identificar os pontos de vista comuns a todos os atores envolvidos, os temas que ainda precisam ser discutidos e os possíveis avanços para os próximos encontros. Um dos pontos destacados, nessa parte do encontro, foi a relevância que deve ter, quando pronto, o documento de Diretrizes de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas, que a TNC está desenvolvendo em conjunto com empresas, Povos Indígenas e Funai.

Publicação vai ampliar experiências positivas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

As Diretrizes de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas deverá ser um dos principais resultados práticos da Iniciativa Empresas e Povos Indígenas, uma articulação que a TNC tem estimulado, para melhorar o relacionamento entre empresas e comunidades indígenas, com base no respeito aos direitos dos Povos Indígenas e na gestão ambiental sustentável de suas terras. A iniciativa vai servir para que as companhias definam, voluntariamente, políticas que garantam integralmente o respeito aos direitos dos Povos Indígenas.

“O diálogo estimulado pela Iniciativa Empresas e Povos Indígenas tem provocado uma mudança de mentalidade importante em todos os setores participantes. De fonte permanente de risco, a relação entre empresas e Povos Indígenas passou a ser vista como uma oportunidade de ganhos para os dois lados. As Diretrizes devem potencializar essa percepção e ajudar a consolidar o debate tão rico que vimos nesses encontros”, afirma Helcio Souza, coordenador da estratégia de Conservação em Terras Indígenas da TNC.

Múltiplos atores envolvidos

Os indígenas presentes ao encontro representaram cinco etnias: Tariano, Sateré-Mawé, Guajajara, Karipuna e Krikati. Já a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a maior organização indígena do país e participante da Iniciativa Empresas e Povos Indígenas, foi representada por Lourenço Krikati, vice-coordenador da Coiab.

A Iniciativa Empresas e Povos Indígenas teve início em 2012 e é uma ação pioneira de construção de relacionamentos duradouros e positivos entre as companhias e os Povos Indígenas. Ela é desenvolvida por um Núcleo de Articulação Intersectorial (NAI), composto por TNC, que tem o papel de facilitadora, Coaib, Funai e Instituto Socioambiental (ISA), além de organizações setoriais como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a Associação Brasileira de Papel e Celulose (Bracelpa), que atua como observadora, o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Participam também as empresas Anglo American, Brookfield de Energia, Itaipu, Suzano, Vale e Veracel.



Universidade indígena começa a ser debatida pelo MEC

SÍTIO O GLOBO, 18.03.2014

Extra

O primeiro encontro do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação para discutir a política de educação superior destinada aos indígenas ocorreu na última segunda-feira, 17, em Brasília, com pesquisadores, indígenas e representantes do Ministério da Educação.

De acordo com o MEC, o objetivo do grupo é apresentar uma proposta de política que contemple as demandas dos indígenas por formação em nível superior e os processos de conhecimento próprios dos diferentes povos. O modelo a ser desenhado pode ser o de uma universidade intercultural, institutos que se articulem em rede nacional, entre outros.

Macaé Evaristo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que coordena o grupo de trabalho, destacou que um dos desafios é a área da pesquisa, independente da instituição onde ela será desenvolvida. "Na pesquisa é preciso pensar numa articulação entre o conhecimento tradicional indígena e o conhecimento acadêmico", disse ao portal do MEC.

Para a representante indígena de Paresi (MT), Francisca Novantino Pinto de Ângelo, a iniciativa de pensar políticas e propostas referentes ao ensino superior para os índios é muito importante e é uma demanda antiga do movimento indígena.

A professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), América César, destacou a reivindicação do movimento indígena por um sistema próprio de educação no qual os índios possam ser os atores também da gestão escolar. "O modelo da política será ainda discutido, mas precisamos valorizar as formas de pensar e educar dos indígenas", afirmou a professora, ao defender um lugar para os saberes e necessidades dos índios.



Vitória do Povo Xakriabá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2014

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, suspendeu a ordem judicial expedida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da subseção Judiciária de Montes Claro e confirmada pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinava a retirada de cerca de 500 índios da Fazenda São Judas Tadeu, situada no território tradicional Xakriabá, Município de Itacarambi.

Em sua decisão, data de 14 de março último, o Ministro Joaquim Barbosa, observou que:

(...) Com efeito, a conclusão a que se chega da leitura do inteiro teor da ação de reintegração de posse é a de que não são firmes as razões sustentadas naquela demanda, em especial, quando se considera a densa plausibilidade de que áreas do imóvel objeto da ação venham a ser declaradas de ocupação tradicional indígena, conforme art. 231 da Constituição”.

(...) “No caso da decisão que se pretende suspender, o caráter drástico da ordem também colide com a necessidade de preservar outros valores constitucionais, colocados em pé de igualdade com o direito de propriedade.

Além de garantir aos indígenas a posse permanente da área de ocupação tradicional – a qual, sustenta a FUNAI, impactará o imóvel alvo da demanda -, a constituição assegura, no §5º do art. 231, que as populações indígenas não serão alvo de remoção forçada, comando normativo que se alinha ao disposto no artigo 8º, numeral 2, alíneas “b” e “c” da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

É relevante notar, ainda, que a afirmação pela ausência de risco à segurança decorrente do cumprimento imediato da ordem – assentada no acórdão no TRF1 – é contrariada por notícias, trazidas aos autos – documentos 23,24,25,26 e 27 -, de que existe, na região, intensa movimentação de elementos não-índios contrários à ampliação da terra indígena.

Ante o exposto, defiro o pedido formulado pela FUNAI e determino a suspensão da ordem judicial de reintegração de posse proferida nos autos da ação 0006576-15.2013.4.01.3807 pela 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros”.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Encontro da UFRB reúne estudantes negros, indígenas e cotistas

SÍTIO SEPPIR, 18.03.2014

A atividade ocorre entre os dias 17 e 19 de março, no campus do município de Cruz das Almas/BA

Com foco na construção de diretrizes para o desenvolvimento de novas políticas de equidade, acontece de hoje até quarta-feira (17 a 19/03), o "I Encontro de Estudantes Negros, Negras, Indígenas, Cotistas e Quilombolas – I ENICQ" da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. As inscrições, que se estendem aos interessados em geral, poderão ser feitas presencialmente no primeiro dia do evento, das 14h às 19h, ou na manhã seguinte, das 8h às 12h.

"A UFRB que queremos: Avaliação e Perspectivas para uma Universidade com ações afirmativas", é o tema do evento que permitirá a troca de saberes e experiências entre diversos segmentos da sociedade brasileira. Iniciativa dos estudantes e da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROPAAE), a atividade será realizada no campus da cidade de Cruz das Almas e contará com mesas redondas, oficinas, conferências, exposições, rodas de conversa.

A programação inclui também o lançamento de duas publicações. Uma delas é o livro "Negras (In)Confidências: Bullying não. Isto é Racismo", do Odara Instituto da Mulher Negra. O material, organizado pelas educadoras e ativistas afro-brasileiras Benilda Brito e Valdecir Nascimento, reúne depoimentos de mulheres negras que sobreviveram a situações de racismo sofridas na escola.

A outra novidade é a "Revista Afirmativa", direcionada aos "leitores que gostam de jornalismo crítico com tendência literária", conforme destacam os responsáveis pela publicação. A linha editorial é voltada para as políticas afirmativas no âmbito do ensino, mercado de trabalho, "e mais uma pá de coisa".

No que tange ao I ENICQ, "o objetivo é que os estudantes participem ativamente, já que desse evento sairá a proposta do Plano de Ações Afirmativas da Universidade", afirma Augusto Oliveira, um dos organizadores do evento.

O jovem, estudante do 2º semestre de Ciências Exatas e Tecnológicas, destaca as possibilidades proporcionadas pela atividade. "Além da participação da sociedade civil em geral, teremos a presença de nomes que são referência em todo o país", acrescenta.

Confira a programação no site do evento.

Serviço:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

O que: I Encontro de Estudantes Negros, Negras, Indígenas, Cotistas e Quilombolas (I ENICQ)
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Onde: Campus Reitoria, situado na Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas - BA

Quando: 17 a 19 de março de 2014



Comissão Nacional da Verdade volta a MS dias 25 e 26 de abril para ouvir os Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié-Xavante
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2014



Por Marcelo Christovão

A 2ª sessão da Comissão Nacional da Verdade Indígena em Dourados vai acontecer dias 25 e 26 de abril, com a presença da psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida e os pesquisadores Marcelo Zelic, Spensy Pimentel e Jorge Eremites de Oliveira. O evento é coordenado pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Desta vez serão ouvidos indígenas das outras etnias de Mato Grosso do Sul: Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié-Xavante.



Ruralistas defendem marco temporal para demarcação de terras indígenas

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 18.03.2014

Agência Câmara

Ruralistas reforçam a tese de marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Eles participaram de audiência pública da comissão especial da Câmara que analisa a polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a criação de áreas indígenas e de conservação ambiental.

O encontro ocorreu na última sexta-feira (14) em Chapecó, Santa Catarina, por iniciativa do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). Segundo ele, houve consenso em relação a dois pontos: usar a data de promulgação da Constituição de 1988 como base para se definir a ocupação e a propriedade das terras; e, ao mesmo tempo, efetivar uma nova política pública de valorização dos índios. "A proposta é simples. Garante-se o direito de propriedade: 5 de outubro de 1988, se os indígenas estavam lá, (a terra) é deles; se não, é do agricultor. A partir daí, as terras indígenas vão sendo trabalhadas para que os indígenas possam ser agricultores, ter desenvolvimento, ter cidadania e ter condições de tocar sua vida com mais independência".

Conflitos fundiários em SC

Colatto apresentou um breve quadro dos conflitos fundiários envolvendo agricultores e indígenas em seu estado. "Santa Catarina tem algumas áreas conflituosas. São 26 áreas, com cerca 40 mil hectares, o que para Santa Catarina é bastante, já que tem muito agricultor e pouca terra. Os casos estão judicializados".

Ainda segundo Colatto, as áreas indígenas ocupam 13% do território brasileiro e a Funai pretende criar mais 611 reservas, o que deixará 25% das terras brasileiras nas mãos dos índios. Em Santa Catarina, 26 áreas estão em processo de estudo e ocupação.

A audiência pública em Chapecó contou com representantes de cooperativas e sindicatos de agricultores, do Ministério Público, da Justiça Federal e da Frente Parlamentar do Agronegócio. Collato contou que índios da região, que são mais integrados aos costumes da sociedade sulista, também participaram da audiência pública.

Já a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas é contrária à PEC 215/00 por entender que a baixa representação de índios e a força da bancada ruralista no Congresso vão, na prática, impedir a criação de novas terras indígenas no País.



Jornalista é obrigado a retirar comentários ofensivos a índios em páginas do Facebook

SÍTIO PORTAL IMPRENSA, 18.03.2014

A Justiça Federal acatou o pedido de medida liminar feito pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) em ação civil pública e determinou que o jornalista Francisco das Chagas de Souza, administrador das páginas no Facebook "A Crítica de Humaitá" e "Chaguinha de Humaitá", remova uma série de comentários e publicações.

De acordo com o ConJur, o material tem ofensas, incitação ao ódio, injúrias e conteúdo discriminatório contra os povos indígenas da etnia Tenharim e foram publicados desde o ano passado, em meio a um clima de tensão no sul do estado após o desaparecimento de três pessoas na área da terra indígena, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230).

Segundo a ação, as mensagens dizem que "o assassinato de três pessoas [foi] cometido pelos índios 'tenharim'. Além disso, classificam os moradores da região como um "grupelho de índios assassinos" e que a população cansou "do abuso dos índios que não têm nada de nativo". "Até o momento nenhum índio foi ferido ou morto por retaliação em busca de justiça", comentou outro usuário.

O juiz federal Érico Rodrigo Pinheiro considerou que parte do conteúdo relatado é abusiva por possuir conteúdo discriminatório e incitar ódio contra a etnia, atribuindo a todo o grupo indígena a responsabilidade pela prática de ato. O magistrado fixou multa diária de R\$ 800 caso os trechos citados não sejam retirados do ar. No mérito, a ação pede que o usuário indenize a comunidade indígena em R\$ 100 mil, por dano moral coletivo.

A decisão vale também para outros usuários que fizeram comentários semelhantes nas páginas indicadas pela procuradoria. Pinheiro avaliou que, apesar do jornalista "não ser responsável pelos comentários elaborados por seus leitores, incorre em ilícito quando tomando conhecimento quanto ao seu teor, não retira as manifestações abusivas".



Ribeirinhos e índios fazem protesto em Altamira

SÍTIO G1/PA, 18.03.2014

*Comunidades tradicionais da Amazônia pedem moradia.
Norte Energia promete diálogo com a população.*

Manifestantes de comunidades ribeirinhas de tribos indígenas protestaram nesta terça-feira (18) fechando estradas de acesso aos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, que está sendo construída em Vitória do Xingu. O protesto começou no início da manhã e, segundo a Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, encerrou no começo da tarde, após diálogo com os manifestantes.

Os ribeirinhos da volta grande do Xingu fecharam o acesso ao sítio Belo Monte, que fica a 50 quilômetros de Altamira. Eles reivindicam a agilidade no pagamento de indenizações das terras.

Os índios das etnias xikrin, xipaia, curuaiá e xuruna fecharam o acesso ao sítio Pimental, pedindo que a empresa defina moradias para os índios que moram na cidade. A Força Nacional de Segurança e a PRF acompanharam a manifestação.

Segundo a Norte Energia, a negociação que resultou no desbloqueio determinou o agendamento de uma reunião em Altamira, na quinta-feira (20), entre os manifestantes e representantes do Ministério da Pesca.



Prefeitura de Bujari leva atendimento itinerante às comunidades do Baixo-Antimary
SÍTIO O RIO BRANCO, 18.03.2014

Cerca de 150 pessoas foram atendidas nas áreas de Assistência Social e Saúde

A Prefeitura Municipal de Bujari, por meio das secretarias de Assistência Social e Saúde, realizou neste sábado e domingo, 15 e 16 de março, no Baixo-Antimary, dois dias de atualização cadastral, inclusão e novos cadastros no Programa Bolsa Família, além de acompanhamentos de saúde, com peso, medição e vacinas.

Na comunidade do Laranjal, localizada a cerca de doze quilômetros da BR 364, uma viagem de várias horas de barco, foram atendidas mais de 65 pessoas, 36 delas para inclusão ou atualização no Bolsa Família. As demais receberam vacinas contra Tétano, HPV, Febre Amarela, Pólio, entre outras.

A dona de casa Rita Severino de Souza, 66, conta que as dificuldades para viver em uma região típica da floresta amazônica são imensas. Para ela, as ações da Prefeitura voltadas à sua comunidade fazem toda a diferença. "Onde moro são mais de cinco horas de barco, para a gente sair até o Bujari para ser atendido acaba gastando muito, e nós não podemos", enfatizou.

Descendo mais oito quilômetros, a Associação Agroextrativista Deus é por Nós foi o segundo lugar de encontro da Prefeitura com os ribeirinhos. No verão são necessárias cerca de seis horas de barco para se chegar à estrada, o que torna difícil o acesso da comunidade aos serviços públicos. Lá foram atendidas 64 pessoas pelas duas secretarias.

O presidente da associação de produtores da região, Francisco Rodrigues de Lima, 55, conta que mora a 43 anos às margens do Antimary, e apesar das dificuldades não quer sair dali. Segundo ele, para uma única pessoa viajar até a cidade é necessário desembolsar cerca de R\$ 100,00, o que torna quase impossível ser atendido de forma adequada pelo poder público.

"A Prefeitura está cumprindo sua parte de maneira muito bem feita, sem esse atendimento muitos de nós não seríamos nem mesmo vacinados", destacou o ribeirinho, que mora na comunidade com a esposa e mais nove filhos.

A secretária de Assistência Social, Tamirys Ramos, falou da preocupação em ajudar as famílias que não tem acesso aos serviços básicos da Prefeitura. "É fundamental levarmos a administração para onde o povo está, onde ele está precisando. O prefeito Tonheiro está proporcionando, com esta modalidade de atendimento, uma melhor qualidade de vida para pessoas humildes, que precisam e que devem ser incluídas nos programas sociais e nas nossas ações", afirmou.

ADMINISTRAÇÃO DO POVO

CONT.



Em reuniões com as comunidades ribeirinhas, o prefeito Tonheiro falou dos projetos que tem para a comunidade rural do município, e destacou sua preocupação com a acessibilidade na região. Sua administração, segundo ele, foi pensada de forma a promover a inclusão social. Outro ponto destacado foram as parcerias com o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, que visam beneficiar os produtores rurais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que já possibilitou a aquisição da casa própria para centenas de famílias em todo o Estado.

As duas comunidades visitadas contam com mais de 50 famílias de assentados, um total de mais de 250 pessoas que tem no extrativismo da castanha e na produção da lavoura sua principal fonte de renda. A inclusão nos programas sociais do Governo é uma ajuda que faz diferença na vida desses ribeirinhos.

No Laranjal o Governo do Estado também faz sua parte. Com a doação de 16 máquinas de costura foi aberta uma pequena malharia, que serve para a produção de roupas para a venda e consumo pela própria comunidade. Mas o empreendedorismo não fica por aí, por iniciativa dos próprios moradores uma pequena fábrica de sabão também garante uma renda extra na mesa dos produtores.



Comunidades indígenas Yawanawá recebem capacitação

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 18.03.2014

Técnicos do escritório da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) do município de Tarauacá foram responsáveis pelo treinamento em piscicultura e avicultura de agentes agroflorestais e comunidade indígena das aldeias Nova Esperança, Mutum, Escondido, Tiburço, Sete Estrelas e Timbaúba na Terra Indígena Yawanawá do Rio Gregório.

Com o treinamento foram distribuídos 45 mil alevinos de acordo com a capacidade dos tanques para engorda de peixes existentes nas aldeias indígenas. As comunidades estão implantando o Programa de Gestão das Terras Indígenas (PGTI). Além da participação e do incentivo ao protagonismo da população, busca-se levar em consideração as especificidades socioculturais e ambientais locais.

As ações de assistência técnica e extensão rural consideram a necessidade de respeitar a diversidade sociocultural dos povos indígenas e as aptidões produtivas próprias a cada terra. Como, por exemplo, implantação e diversificação de roçados, quintais e sistemas agroflorestais; incentivo à criação de pequenos animais, tanto no manejo de lagos como em criatórios e na avicultura; além de manejo de fauna silvestre e recursos florestais não madeireiros.

Agentes Agroflorestais Indígenas

Aos AAFIs é atribuído o papel de assistir tecnicamente às comunidades nas diferentes formas de manejo da fauna e flora locais e na implantação e cuidado dos sistemas agroflorestais e nas atividades de produção de alimentos.

Tarauacá

Tarauacá é um município que fica localizado no noroeste do estado do Acre, no Brasil. Está distante 400 km da capital do estado, Rio Branco, e possui a quarta maior população do estado (35 526 habitantes), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).



Índios ocupam ferrovia da Vale que corta aldeias de Aracruz
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 18.03.2014

Após três anos de tentativas, Vale acordou pagar indenização aos índios a título de compensação, mas recuou no dia de definir forma de pagamento, nesta terça-feira

Any Cometti

Os índios das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, localizadas em Aracruz, norte do Estado, ocupam desde o início da tarde desta terça-feira (18) a linha férrea da Vale que corta as aldeias. O protesto foi organizado como uma resposta à falta de responsabilidade por parte da poluidora com um compromisso firmado anteriormente com a população indígena. Os índios lutam há três anos por uma indenização pelo uso de suas terras para a passagem da estrada de ferro da mineradora.

Os caciques Antônio Carlos, de Comboios, e Luiz Barbosa, de Córrego do Ouro, afirmam que a Vale cancelou nesta manhã, por telefone, a sua participação em uma reunião que aconteceria momentos depois e na qual seria firmado um acordo para destinar R\$ 19 milhões ao Plantar, projeto de agricultura desenvolvido pelos índios, como forma de compensação por usarem há mais de 30 anos as terras indígenas como base para sua estrada de ferro. O procurador da República responsável pelo caso, Almir Sanches, também foi avisado no mesmo horário pela poluidora.

Segundo os caciques, no dia 18 de janeiro foi feita uma reunião entre o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em suas instâncias nacional e estadual, a Vale e as lideranças e povo indígena. Na ocasião, o valor da indenização foi firmado em R\$ 19 milhões, acordados entre os índios e a empresa, uma verba necessária e calculada com base na agricultura desenvolvida nas duas aldeias. Além disso, a Vale se comprometeu a levar neste dia 18 de março sua proposta sobre a indenização.

Ao invés disso, a poluidora não apresentou um projeto e apenas avisou por meio de um telefonema que não compareceria à reunião, apresentando uma contra-proposta de R\$ 400 mil por uma mensagem de texto no celular (SMS). Os caciques afirmam que esse valor é insuficiente a todo o trabalho que deverá ser feito nas aldeias para manutenção e recuperação dos plantios tradicionais indígenas, uma forma de manterem sua cultura viva, como ressaltam.

De acordo com os líderes indígenas, um trem deveria ter passado pela estrada de ferro por volta das 15 horas, o que não aconteceu. O protesto reúne quase 600 índios de ambas as aldeias, acampados nas proximidades da linha férrea. Os caciques afirmam que o protesto só terá fim quando a Vale assumir a responsabilidade de debater diretamente com os índios o valor da sua contra-proposta. O cacique Luiz informou que o Ministério Público Federal irá requerer ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que interdite o uso da estrada de ferro.



Quilombolas de Arroio do Meio terão ponto de cultura

SÍTIO O INFORMATIVO DO VALE, 19.03.2014

Secretário de Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, visitou a Comunidade Vovô Theobaldo para anunciar a novidade

Arroio do Meio – Na comunidade São Roque, interior de Arroio do Meio, as raízes da cultura africana são preservadas pela Associação Comunitária Vovô Theobaldo, que reúne 25 famílias em um quilombo reconhecido pela Fundação Cultural Palmares desde 2003. O secretário Assis Brasil esteve no quilombo, na manhã de terça-feira, pois no local será instalado o Ponto de Cultura Vovó Araci, cujo projeto foi selecionado no edital da Sedac.

Coordenado por Loni da Silva, neta do fundador da comunidade, o projeto propõe o desenvolvimento de ações de valorização da cultura afro-brasileira por meio de oficinas de música e dança, coco maculelé e capoeira, além de oficinas de teatro. Outra ação a ser desenvolvida é a reativação da memória oral por meio de oficinas de recordação e de narrativas da história da comunidade, artes visuais, artesanato em fibras naturais e de culinária afro-brasileira.

Um pouco da história

Theobaldo da Silva era um escravo que muito jovem decidiu alforriar-se no alto do morro São Roque, em Arroio do Meio. Ali ele criou um quilombo que desenvolveu o plantio de milho, mandioca, feijão, amendoim e hortaliças. A comunidade também preservou os costumes da cultura africana nas danças, cantos, religiosidade e culinária. A filha de Theobaldo, vovó Araci ainda vive no quilombo e por isso dá o nome ao projeto do Ponto de Cultura.

Bibliotecas

Os municípios de Coqueiro Baixo, Paverama e Poço das Antas receberam R\$ 20 mil cada um para a modernização de suas bibliotecas públicas. O secretário Assis Brasil visitou as três bibliotecas, que já estão executando a licitação para a compra de novo acervo.

A secretária de Educação e Cultura de Coqueiro Baixo, Leda Damasio, apresentou as ações desenvolvidas nas escolas para preservar a cultura local e incentivar o hábito da leitura. Assis Brasil orientou a equipe da prefeitura sobre a criação do Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura.

A biblioteca pública de Paverama já conta com 3;500 títulos muito procurados pelos alunos do ensino fundamental e agora terá seu acervo renovado com os recursos do edital da Sedac. A secretaria Municipal de Educação e Cultura fez da leitura o foco principal do projeto escolar de 2014, como informou o vice-prefeito Edgar Havenstein.

Em Poço das Antas a expectativa é grande pelo novo espaço que a biblioteca pública terá em breve. Na próxima semana os envelopes das licitações de acervo, mobiliário e equipamentos

CONT.



de informática serão abertos e logo iniciam as obras da nova biblioteca.

“É muito bom ver uma gestão municipal mobilizada para desenvolver um novo espaço que contemple de forma qualificada os recursos públicos recebidos”, disse Assis Brasil. A visita em Poço das Antas foi guiada pelo prefeito Glicerio Junge e pelo secretário municipal de Educação, Cultura e Desporto, Gilberto Redenker.

A modernização de Bibliotecas Públicas é um projeto da Secretaria de Estado da Cultura por meio de convênio com o Ministério da Cultura. O investimento total é de R\$ 4,015 milhões. Os municípios com mais de 10 mil habitantes recebem R\$ 55 mil e os com menos de 10 mil habitantes recebem R\$ 20 mil.

Rede RS de Pontos de Cultura

O Rio Grande do Sul terá uma ampliação de 128,26% nos Pontos de Cultura com o resultado dos editais de 2012. A Rede RS de Pontos de Cultura tem como objetivos a promoção da diversidade cultural, o empoderamento, o protagonismo, a autonomia, a articulação em rede (produção colaborativa, compartilhamento de saberes e gestão compartilhada entre sociedade civil e poder público).

Os Pontos de Cultura contarão com inúmeras ações de apoio e acompanhamento, como a realização de seminários anuais de qualificação em assuntos relativos à gestão cultural, oficinas temáticas, prêmios de incentivo ao compartilhamento de tecnologias sociais inovadoras, equipe de assessoramento, uma van contando com equipamentos digitais, audiovisuais e de som, a publicação de cartilhas, revistas, portal virtual, além da realização de encontros de intercâmbio, articulação e mostra de produtos.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Você repórter: Miss Indígena Pantaneira 2013, por Jabez Gabriel
SÍTIO REGIÃO NEWS, 19.03.2014

Através de sorteio foi escolhido a Aldeia Moreira no município de Miranda para sediar a 2ª Edição da Beleza Indígena Pantaneira 2014.

Aconteceu na noite do último sábado, 21/09, às 19 horas, na Aldeia Esperança Retomada a 5Km do Distrito de Taunay/Aquidauana-MS, a 1ª Edição da Beleza Indígena Pantaneira 2013. Diante de centenas de pessoas foi escolhida a mais bela indígena da região, Kamila Souza Cândido, 15 anos, estudante do 8º ano da Escola Municipal Indígena Polo General Rondon, pertencente à etnia Terena e representante da Aldeia Bananal, ficou com o Título Miss Indígena 2013.

Foram 17 candidatas que concorrem ao Título. O Evento foi uma iniciativa da liderança Indígena da Aldeia Esperança Retomada e de Uilson Cândido - Pagode Produções – com objetivo de oferecer reflexões sobre o valor e a beleza da cultura indígena brasileira, através da beleza da mulher indígena, utilizando cores, formas e expressões procurando transmitir, de forma poética, a essência das raízes do brasileiro.

Também, é uma forma de estimular os conhecimentos e ciências da cultura dos povos indígenas, e, contudo resgatar a autoestima da mulher indígena, mulheres que não aceitam renunciar da sua condição de ser e viver indígena. Através de sorteio foi escolhido a Aldeia Moreira no município de Miranda para sediar a 2ª Edição da Beleza Indígena Pantaneira 2014. O Cerimonial e a Locução ficaram sob a responsabilidade de Jabez Gabriel, da Aldeia Córrego do Meio/Sidrolândia.



Prefeito Betinho participa de entrega de escola em aldeia indígena de Assis Brasil
SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 19.03.2014

Na oportunidade, o prefeito entregou, ainda, 100 kits escolares aos professores da localidade.

O prefeito de Assis Brasil, Humberto Filho, o Betinho (PSDB), esteve no último sábado (16) na aldeia indígena Ananai, localizada nas cabeceiras do rio Acre (Alto Acre), quando participou da inauguração de uma escola indígena.

Para a construção da escola, a Prefeitura de Assis Brasil foi parceira do governo do Estado, e brindou apoio no transporte do material de construção, empréstimo de barcos e combustível para o transporte de operários.

Para Durinês Jaminawa, cacique da aldeia Três Cachoeiras, a parceria com a prefeitura foi fundamental para a construção da escola.

“A Prefeitura de Assis Brasil estava há 12 anos inadimplente e após o trabalho da nossa administração, durante o último ano, conseguimos negociar débitos antigos, e hoje podemos colaborar com esta importante obra”, disse o prefeito Betinho.

Na oportunidade, o prefeito entregou, ainda, 100 kits escolares aos professores da localidade.

Segundo os mestres, se não fosse esta entrega da Prefeitura de Assis Brasil, o ano letivo teria início sem material para alunos e corpo docente.

“Pensando em melhorar a educação indígena, é que trouxemos e estamos entregando esses kits; façam bom uso”, disse o prefeito.

Participaram do evento, as secretárias municipais de Educação, Francimar Marques, e de Administração, Maria Alice, o deputado estadual Major Rocha (PSDB) e vereadores.

“É uma imensa satisfação ver o trabalho de um prefeito tucano em um local como este, principalmente após pegar uma prefeitura que estava falida. Para nós, isto é mais que política; é um exemplo das administrações tucanas em todo o país”, disse Major Rocha, durante a solenidade.



Inscrições para o III Jogos Universitários Indígenas estão abertas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 19.03.2014

Os universitários indígenas já podem se inscrever na terceira edição dos Jogos Universitários Indígenas. O evento será promovido pela Federação Universitária de Esportes de Roraima (Fuer), em parceria com o Exército Brasileiro. A inscrição termina no dia 14 de abril. A competição será entre os dias 25 e 27 do mesmo mês.

Entre as modalidades em disputa estarão: arco e flecha, corrida de tora, queda de corpo, cabo de guerra e futebol. Os jogos serão realizados no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS), no bairro São Vicente.

Os estudantes interessados em participar devem preencher a ficha de inscrição (disponível na coordenação de esportes das Instituições de Ensino Superior (IES)), apresentar uma foto 3x4 e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 por atleta. As fichas deverão ser entregues assinadas e carimbadas pelo representante da IES.

O Exército apoia mais uma vez os Jogos, como destaca a presidente da FUER, Elaine Morellato. "Continuamos contando com a valiosa parceria do Exército para realizar esta competição. Foi uma instituição que acreditou no nosso trabalho e este ano estamos indo para a terceira edição do evento" disse.

Morellato ainda ressaltou que Roraima é o único Estado do Brasil que realiza essa competição voltada exclusivamente a alunos indígenas. "É uma forma de valorizar a cultura indígena que é muito forte em Roraima e uma oportunidade também de fomentar o esporte nas comunidades indígenas além de promover a integração", destacou.

A última edição realizada em 2013 contou com a participação de três IES do Estado: Universidade Federal de Roraima (UFRR) com 59 atletas, Universidade Estadual de Roraima (UERR), com 15, e a Faculdade Cathedral, com quatro. A UFRR foi a campeã da edição passada. Além de atletas do Estado, o evento contou com 18 estudantes da Universidade de Brasília (UNB) e mais 34 atletas do Exército, que participou como convidado.

APOIO – O evento conta com o apoio do Governo de Roraima, Prefeitura de Boa Vista, Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (Fetec), Exército Brasileiro, Cacau Show, Farmavita, Samu, Tolli, Roraima Adventure, BV Formaturas, TV Roraima e Folha de Vista.



Procuradores asseguram atuação da Funai para retirada de não-índios da Terra Indígena Yanomami

SÍTIO AGU, 19.03.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, na Justiça, a legalidade da atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) contra a ocupação indevida de não-índios na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A decisão seguiu defesa dos procuradores e levou em conta o Parecer da AGU nº 594/2013, que analisou a possibilidade de adoção de medidas administrativas para a proteção de área tradicionalmente ocupada, bem como os requisitos necessários à legitimidade das ações de desocupação.

O parecer Parecer nº 594/2013/PF-RR/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 1191/2013/PFE-FUNAI-PGF/AGU-GAB, foi elaborado pela Advocacia-Geral em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai) e a Procuradoria Federal em Roraima (PF/RR).

No caso, o autor da ação pediu que a Funai fosse impedida de promover qualquer medida de retirada de não-índios de área inserida em Terra Indígena Yanomami. Requereu também que o poder de polícia da Fundação fosse condicionado à prévia autorização judicial.

As procuradorias da AGU argumentaram que, em atenção ao princípio da legalidade e da segurança jurídica dos atos administrativos, a medida de desocupação pela Funai foi minuciosamente analisada pela PF/RR, conforme exposto no parecer. Segundo os procuradores, a análise concluiu pela possibilidade da desocupação, pois faz parte do legítimo poder de polícia exercido pela Funai e do dever legal de proteger as áreas indígenas.

Os procuradores federais enfatizaram, ainda, que o mesmo pedido do autor já havia sido julgado e rejeitado em outra ação, e defenderam que a nova solicitação violava as normas processuais, uma vez que o requerente não interpôs recurso contra a primeira decisão, mesmo após ser intimado.

A 2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima concordou com os argumentos da AGU, determinando a saída dos não-índios da Terra Indígena. A decisão destacou que foi correta as medidas da Funai ao seguir o Parecer nº 594/2013.

A PF/RR e a PFE/Funai são unidades da PGF, órgão da AGU.

Ref.: Processo nº 6658-65.2012.4.01.4200 - 2ª Vara da Seção Judiciária/RR.

Leane Ribeiro



Comitiva de lideranças indígenas do Projeto Cruviana viaja ao Mato Grosso para visitar mini hidrelétricas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2014

Mayra Wapichana - CIR

Uma comitiva de oito lideranças do Projeto Cruviana, pertencentes às comunidades indígenas Maturuca, Willimon, Morro, Pedra Preta, Tamanduá, Serra do Sol, Urinduke, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e comunidade Canauanin, Terra Indígena Canauanin, das organizações indígenas Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Conselho do Povo Indígena Ingaricó (COPING), juntamente com a equipe técnica do Instituto Socioambiental e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) viajou na madrugada desta quarta-feira, 19, ao estado de Mato Grosso para conhecer impactos e características de mini hidrelétricas existente naquele Estado.

A visita faz parte do calendário trimestral de 2014 do Projeto Cruviana, onde vai possibilitar as lideranças indígenas de conhecer os impactos de usinas com potência entre 100 e 1.000 KW, existentes em quatro municípios do estado de Mato Grosso. A visita servirá também para ampliar o debate sobre as diversas fontes de geração de energia elétrica da região mato-grossense.

O Projeto Cruviana é uma parceria do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Instituto Socioambiental (ISA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que desde 2010 vem passando por um processo de consulta, articulação e deliberações junto aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol, para os estudos do potencial de geração de energia eólica, através da captação dos ventos.

A comitiva durante cinco dias vai conhecer as mini hidrelétricas, além de fazer um intercâmbio na Terra Indígena Manoki, previsto para ocorrer no dia 22/03. O retorno à Boa Vista será no dia 26 de março.

Comitiva:

Martinho de Souza – comunidade Maturuca
Amarildo da Silva Mota – comunidade Willimon
Eugenio Gabriel – comunidade Morro
Maradona Teixeira da Silva – comunidade Pedra Preta
Luzimildo Padrinho- comunidade Tamanduá
Adailton Barbosa Semeão – comunidade Serra do Sol
Percides Anastácio Santos – comunidade Urinduke
Aldenir Cadete de Lima – ISA/CIR, comunidade Canauanin
Ciro Campos de Souza – ISA, Boa Vista.
José Gomes – UFMA, São Luís/MA

Para mais informações sobre o andamento e histórico do Projeto Cruviana, acesse:
<http://isa.to/1iI2QCa>

Fonte: Ascom/CIR



MPF/AM requer conclusão de demarcação de terras indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2014

Ação pede que a Funai conclua em 45 dias os estudos técnicos do processo de demarcação de terras indígenas nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública na Justiça Federal, com pedido de liminar, para obrigar a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a concluírem, no prazo de 45 dias, o processo administrativo que trata da demarcação de terras ocupadas pelos povos indígenas do Médio e Baixo Rio Negro, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, interior do Estado.

A ação foi proposta em decorrência da demora por parte da Funai em dar andamento à demarcação das terras indígenas. "Os povos do Baixo e Médio Rio Negro buscam pelo reconhecimento de seus territórios de ocupação tradicional há muitos anos. Essa reivindicação é formalmente conhecida pelas demandas desde 1998", destacou o procurador da República Julio José Araujo Junior no texto da ação.

O MPF/AM também cita na ação que em dezembro de 2013, durante a realização da 5ª edição do projeto "MPF na Comunidade", uma equipe de servidores e membros do órgão constatou in loco as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas em razão da não regularização de suas terras, gerando prejuízos no atendimento à saúde e no acesso à educação diferenciada.

Além disso, foram relatados os impactos do turismo de pesca esportiva e da exploração do trabalho na produção da piaçaba. De acordo com relatos ressaltados na ação, "a pesca esportiva desrespeita os costumes da comunidade, como se o rio fosse somente deles. É comum ver peixes mortos, engasgados com iscas. Que não há dialogo deles com a comunidade".

No documento o MPF/AM pede ainda que a União, após o encaminhamento do processo administrativo de demarcação já finalizado pela Funai, observe os prazos estabelecidos, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, e que todo o processo demarcatório seja concluído no prazo de dois anos, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

A ação tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 2662-81.2014.4.01.3200, e aguarda decisão da Justiça.

Histórico – Desde o ano de 2007, a Funai criou dois Grupos Técnicos de Identificação de Terras Indígenas nas regiões do Rio Negro, que compreende as regiões do Baixo Rio Negro, Padauri e Aracá, Rio Jurubaxi, Tapuruquara, Rio Preto, Foz do Rio Uneuixi. Porém, no primeiro grupo,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

que era coordenado pelo Antropólogo Edward Mantoanelli Luz, não houve participação indígena, razão pela qual o estudo não foi aprovado.

Um novo grupo técnico foi constituído, em 2010, para realizar estudos complementares necessários à identificação e delimitação na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM. No mesmo ano, outro grupo foi criado para analisar a demarcação na região das margens dos rios Jurubaxi, Uneiuxi e Téa, no município de Santa Isabel do Rio Negro/AM. Desde então, o processo administrativo de demarcação aguarda pela elaboração de estudos antropológicos para ser remetido à conclusão.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Governo Federal usará força militar para frear demarcação de Terra Indígena Kaingang

SÍTIO CIMI, 19.03.2014

O uso de força militar contra os movimentos sociais, em especial o movimento indígena já não é novidade e chega a ser quase uma prerrogativa mecânica do Governo Federal nesta atual conjuntura. Foi assim com o povo Tupinambá na Bahia e a história se repete agora contra o povo Kaingang, no Rio Grande do Sul. Com efeito similar aos discursos violentos dos deputados ruralistas, essas medidas acabam por reforçar e acirrar os ânimos de conflito e denunciam ares de uma ditadura escancarada contra movimentos étnicos e populares em pleno estado democrático de direito.

A tentativa de instalação de um posto de treinamento militar dentro da área indígena de Passo Grande da Forquilha, localizada no município de Sananduva-RS, ocorre justamente quando, sem outra opção de garantir os direitos de seu povo, os Kaingang anunciam prazo para iniciar o processo de auto-demarcação de seu território. Sem jamais usar de violência contra os pequenos agricultores, a comunidade de Forquilha tentou ainda no ano passado resolver a situação de sua terra dentro dos meios institucionais. Bem diferente do quadro que esta medida do Governo Federal pinta ao criminalizar e rotular simbolicamente os indígenas de "terroristas" quando estes se colocam em luta clara pelos seus direitos constitucionais.

Depois da falta de sucesso do Ministério da Justiça em negociar direitos com os indígenas, através de denominadas "mesas de diálogo", os Kaingang junto com os agricultores, supostamente afetados pela demarcação da Terra Indígena, acabaram por colocar em cheque as intenções e o discurso do ministro, José Eduardo Cardozo, ao apresentarem em tom de unidade, propostas concretas e plenamente possíveis para resolver a situação em Sananduva. Nesta reunião, que ocorreu no local e contou com a presença direta da assessoria do ministro, agricultores e indígenas exigiram a imediata demarcação de Forquilha e a indenização plena dos agricultores, sem mais demora, mas a negligência do Governo Federal foi identificada na ocasião, como a principal causadora dos conflitos na região.

A notícia sobre a ocupação militar no território indígena, instrumentalizado e facilitado pela portaria 303 da AGU, tão combatida pelo movimento indígena em esfera nacional, tem se intensificado nos bastidores dos órgãos de Brasília. A denuncia parte do próprio cacique da Terra Indígena, Passo Grande da Forquilha, Leonir Franco. Segundo Leonir, a medida já foi anunciada em diversas reuniões "não oficiais", sobretudo pelo ministro da Justiça. Nestas ocasiões foi anunciado que a medida serviria para trazer "paz" entre indígenas e colonos e garantir os processos demarcatórios.

A atribuição da garantia de continuidade dos estudos demarcatórios e do levantamento fundiário, passos negligenciados pelo governo no procedimento de Forquilha há mais de dez anos, são garantidos na verdade pela Funai sob vigilância da Polícia Federal, e não pelas forças militares. Inclusive, o próprio órgão indigenista tem o direito de requisitar a presença de

CONT.



segurança monitorada em áreas de conflito, não necessitando da presença constante do Exército dentro de nenhuma área indígena. O que é necessário para encerrar os conflitos é uma medida clara do Governo em relação à demarcação da Terra Indígena e da indenização plena dos agricultores. Nada mais.

O que preocupa é exatamente vincular a presença militar de forma constante dentro da área indígena sem nenhuma deliberação do Ministério da Justiça no sentido de dar continuidade ao processo demarcatório, o que denota a intenção de manter a inércia do processo ao invés de facilitar as condições de pagamento, a retirada dos agricultores e a demarcação do território Kaingang, a única medida que poderia trazer real paz para a região.

A presença de unidade militar na área indígena apenas criminaliza e ataca o direito dos indígenas de terem sua terra devidamente demarcada e mantém na insegurança o futuro e a tranquilidade dos agricultores assentados indevidamente dentro de territórios dos povos originários. Estas medidas aumentam a tensão e as possibilidades de conflito por todo o Rio Grande do Sul. É claro o objetivo por parte do Governo Federal de manter na inércia, e agora sob coerção direta das forças armadas, os processos que garantem os direitos dos povos indígenas em ter acesso pleno a seus territórios.

Tal medida vem sendo apresentada em conjunto com uma espécie de “pacote maior de políticas anti-indígenas” que tem entre seus maiores mentores, membros da bancada ruralista. São políticas deste “pacote” a PEC 215, o PL 227, a portaria 37 e a própria portaria 303 da AGU que, mesmo inconstitucional, se encontra atualmente em vigor e garante justamente a ocupação dos territórios indígenas por instituições e empresas que estejam de acordo com os “interesses nacionais”.

O Conselho indigenista Missionário da Região Sul (Cimi-Sul) e o Conselho de Missão entre Indígenas (Comin) repudiam esta atitude covarde de frear os direitos indígenas a qualquer custo e denuncia medidas que utilizem ares ditatoriais para coibir as iniciativas do movimento indígena na busca pela garantia de seus direitos condicionais. Denunciamos ainda que tal atitude gera violência e aumenta as possibilidades de conflitos. Dessa forma, reafirmamos nosso total e irrestrito apoio ao povo Kaingang de Passo Grande do rio Forquilha afirmando que a pauta será levada aos órgãos de defesa dos direitos humanos e a todas as instâncias que forem necessárias.

Cimi e Comin.

Brasília, dia 18 de março de 2014.



No RS, índios Kaingang bloqueiam mais uma rodovia e ocupam sede da Funai
SÍTIO CIMI, 19.03.2014

Em apoio às reivindicações das lideranças Kaingang que estão acampadas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, um grupo com cerca de 200 índios voltou a bloquear a rodovia BR-285, próximo ao município de Gentil, no Rio Grande do Sul. A rodovia havia sido liberada nessa terça-feira (18), mas foi reocupada na manhã de hoje (19).

Um novo ponto de bloqueio paralisou a rodovia BR-386, no trecho do município de Irai, onde 300 índios Kaingang de nove terras indígenas também manifestam apoio ao movimento em Brasília. "Estamos com toda a comunidade aqui e esperamos que retomem os processos de nossas terras e criem novos grupos de trabalho para acelerar as demarcações. Se a resposta em Brasília for negativa às nossas reivindicações, vamos bloquear mais rodovias", afirmou Isaías Jacinto Kaingang.

A sede regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Passo Fundo (RS) está ocupada desde segunda-feira (17) e os índios permanecem sem qualquer tipo de assistência por parte do órgão. "Estamos com mais de 20 crianças aqui e a Funai não nos ajudou nem com a comida. A gente até agüenta ficar sem alimentação, mas nossas crianças não podem passar o dia todo sem comer", disse Daniel Kaingang, da Terra Indígena Votouro/Kandoia.

A decisão dos indígenas é manter as ocupações e bloqueios até que haja uma posição do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que deve se reunir com as lideranças Kaingang às 18 horas desta quarta-feira (19), em Brasília. "Ontem veio uma ligação da assessoria do ministro dizendo que só teria reunião em Brasília se liberássemos as BRs e a Funai. Mas não vamos sair daqui até que tenha um diálogo concreto e uma posição favorável do ministro", completou Daniel Kaingang.

O povo Kaingang pede a homologação imediata da Terra Indígena Rio dos Índios; assinatura da Portaria Declaratória para Votouro/Kandóia e Irapuá (Guarani); publicação do Relatório de Mato Castelhano e conclusão dos processos demarcatórios da Terra Indígena do Passo Grande do Forquilha. Os indígenas ainda apontam que não aceitarão as medidas tomadas em relação à Terra Indígena Guarani Mato Preto, onde através de pressão forçou-se a comunidade a reduzir seu território e exigem a imediata regularização fundiária nos limites estabelecidos pelo estudo da Funai.

Em ocupação na sede da AGU, em Brasília, no dia (18) de março, pela revogação imediata da portaria 303, os indígenas não foram recebidos pelo ministro da AGU, Luis Adams, mas pelo procurador-federal, Marcelo Siqueira e o Grupo de Trabalho (GT) da portaria. A portaria impede a revisão e ampliação das Terras Indígenas (TIs) no Brasil e está em vigor desde (5) de fevereiro, evitando a efetivação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Saiba mais:

Índios Kaingang acampam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília e bloqueiam BR-285 no RS

http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7407&action=read

Serviço:

O que: Mobilização Indígena Kaingang

Onde: Brasília e Rio Grande do Sul

Contato: 9686-62-05



Candidato ao Vale-Universidade Indígena deve ficar atento à divulgação da seleção preliminar

SÍTIO FOLHA DO POVO, 19.03.2014

O candidato inscrito no Processo Seletivo 2014 do Programa Vale-Universidade Indígena deverá ficar atento à divulgação do resultado da seleção preliminar, em que constará o nome do pré-selecionado, a data, o horário e o local onde deverá comparecer munido dos documentos que constam na resolução referente ao Processo Seletivo 2014.

O pré-selecionado no Programa Vale-Universidade Indígena terá seu nome divulgado pela internet, no endereço eletrônico: www.setas.ms.gov.br e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), para comparecer no dia, hora e local designados, munido de todos os documentos solicitados na resolução Setas nº 130, de 22 de outubro 2013, disponível no endereço <http://www.setas.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=5735&template=21> . Lembrando que a falta de um documento solicitado implicará no imediato cancelamento da sua seleção preliminar.

Após a fase de entrega de documentos, realização de entrevistas e visitas domiciliares aos candidatos pré-selecionados, é feita a divulgação da seleção final com os nomes dos acadêmicos efetivamente beneficiados.

PVUI

O Programa Vale-Universidade Indígena visa oferecer apoio financeiro ao acadêmico indígena, durante a formação Universitária, mediante a concessão de benefício social depositado diretamente na conta bancária do acadêmico devidamente matriculado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Br 285 permanece bloqueada por indígenas

SÍTIO LAGOA NOTÍCIAS, 19.03.2014

A Br 285 sentido Passo Fundo está interrompida devido a bloqueio feito por cerca de nove tribos indígenas da região. A Polícia Rodoviária Federal de Passo Fundo acredita que o bloqueio iniciou por volta das 9h da manhã desta quarta-feira (19). Ainda não divulgou dados de quantas pessoas estão no local e se a via deve ser liberada em breve.

A principal reivindicação da tribo Kaingang é a reabertura do processo de demarcação das terras indígenas, que foram interrompidas em 2011.



Brasileiros denunciam violação de indígenas e povos tradicionais em Belo Monte
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 19.03.2014

Durante a 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, na Suíça, ONGs brasileiras apresentaram denúncia contra a construção autoritária de hidrelétricas no Norte do país

por Redação RBA

Populações indígenas e ribeirinhas terão ambiente inundado para a construção da hidrelétrica de Tapajós

São Paulo – Em defesa de povos indígenas e comunidades ribeirinhas do Brasil, organizações não governamentais brasileiras apresentaram denúncia contra a construção de hidrelétricas na região Norte do país em um painel paralelo à 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, ocorrido no dia 5 deste mês, em Genebra, na Suíça. Durante o painel, a Associação Interamericana de Defesa Ambiental (Aida) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil criticaram a falta de diálogo do governo federal com as entidades de proteção aos povos tradicionais, principalmente nas obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Segundo o advogado da Aida, Alexandre Sampaio, as organizações de defesa de indígenas e povos tradicionais já conseguiram que a construção de Belo Monte na bacia do rio Xingu, fosse impedida judicialmente por seis vezes. No entanto, nenhuma das decisões foi efetiva, porque o governo federal se vale da suspensão de segurança, instrumento legal criado no período da ditadura, para inviabilizar as deliberações e prosseguir com as obras.

A Lei 12.016, de 2009, criada em substituição à Lei 4.348, de 1964, estabelece a suspensão de segurança. "O instrumento permite que o estado possa impossibilitar a efetividade de uma decisão que vá contra as suas políticas públicas em nome de valores subjetivos como economia, ordem e segurança públicas", explica Sampaio.

A denúncia procura buscar apoio internacional para que o governo brasileiro se veja obrigado a reformar ou extinguir o instrumento. "Por seis vezes, as decisões alegaram que Belo Monte não poderia ser construída ou que estava sendo construída de forma ilegal e essas decisões foram suspensas."

Também durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, uma coalizão de organizações internacionais com status consultivo na ONU e organizações brasileiras entregaram à Assembleia Geral das Nações Unidas dois documentos que destacam as ameaças dos planos do governo federal de construir até 29 barragens na bacia do rio Tapajós, o que inundaria territórios indígenas e de comunidades ribeirinhas no Pará.

Ouçá a reportagem completa de Claudia Manzzano para a Rádio Brasil Atual



Buscas por aeronave que desapareceu no Pará são retomadas nesta manhã
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 19.03.2014

Bimotor seguia para uma aldeia indígena transportando cinco pessoas

Jacqueline Saraiva

Publicação: 19/03/2014 09:12 Atualização: 19/03/2014 13:48

As buscas por um avião bimotor que desapareceu na tarde dessa terça-feira (18/3), no sudoeste do Pará, foram retomadas na manhã desta quarta-feira (19/3). A aeronave, de prefixo PR-LMN, transportava uma equipe de profissionais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, para uma aldeia indígena quando desapareceu. Um helicóptero H-60 Black Hawk e um Amazonas, especializado em missões de busca e salvamento, deslocado de Campo Grande (MS), fazem as buscas com apoio de 20 militares da Força Aérea Brasileira (FAB).

Por conta do mau tempo, as buscas estão sendo prejudicadas, o que dificulta o uso do aeroporto local. De acordo com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que investiga o caso, a aeronave desapareceu a, aproximadamente, 29km a nordeste do seu destino. A coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós foi quem acionou as equipes de buscas que, desde a tarde de ontem, sobrevoam a região. Equipes também realizam buscas terrestres.

Segundo o Ministério da Saúde, a aeronave, pertencente à empresa Jotan Taxi Aéreo, decolou do aeroporto de Itaituba, no Pará, às 11h42 de ontem, em direção ao município de Jacareacanga. O avião desapareceu por volta das 12h30, depois de o piloto ter feito o último contato pelo rádio. Cinco pessoas estavam a bordo: as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa; o motorista Ari Lima; e o piloto Luiz Feltrin. Os profissionais substituiriam as equipes que já prestavam atendimento nas aldeias da etnia Munduruku.

Em nota, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), afirmou que, de acordo com o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), a situação da aeronave está regular. "A Inspeção Anual de Manutenção (IAM) e o Certificado de Aeronavegabilidade (CA) estão em dia", diz o texto.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Comitiva de lideranças indígenas do Projeto Cruviana viaja ao Mato Grosso para visitar mini hidrelétricas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2014

Mayra Wapichana - CIR

Uma comitiva de oito lideranças do Projeto Cruviana, pertencentes às comunidades indígenas Maturuca, Willimon, Morro, Pedra Preta, Tamanduá, Serra do Sol, Urinduke, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e comunidade Canauanin, Terra Indígena Canauanin, das organizações indígenas Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Conselho do Povo Indígena Ingaricó (COPING), juntamente com a equipe técnica do Instituto Socioambiental e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) viajou na madrugada desta quarta-feira, 19, ao estado de Mato Grosso para conhecer impactos e características de mini hidrelétricas existente naquele Estado.

A visita faz parte do calendário trimestral de 2014 do Projeto Cruviana, onde vai possibilitar as lideranças indígenas de conhecer os impactos de usinas com potência entre 100 e 1.000 KW, existentes em quatro municípios do estado de Mato Grosso. A visita servirá também para ampliar o debate sobre as diversas fontes de geração de energia elétrica da região mato-grossense.

O Projeto Cruviana é uma parceria do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Instituto Socioambiental (ISA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que desde 2010 vem passando por um processo de consulta, articulação e deliberações junto aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol, para os estudos do potencial de geração de energia eólica, através da captação dos ventos.

A comitiva durante cinco dias vai conhecer as mini hidrelétricas, além de fazer um intercâmbio na Terra Indígena Manoki, previsto para ocorrer no dia 22/03. O retorno à Boa Vista será no dia 26 de março.

Comitiva:

Martinho de Souza – comunidade Maturuca

Amarildo da Silva Mota – comunidade Willimon

Eugenio Gabriel – comunidade Morro

Maradona Teixeira da Silva – comunidade Pedra Preta

Luzimildo Padrinho- comunidade Tamanduá

Adailton Barbosa Semeão – comunidade Serra do Sol

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Percides Anastácio Santos – comunidade Urinduke

Aldenir Cadete de Lima – ISA/CIR, comunidade Canauanim

Ciro Campos de Souza – ISA, Boa Vista.

José Gomes – UFMA, São Luís/MA

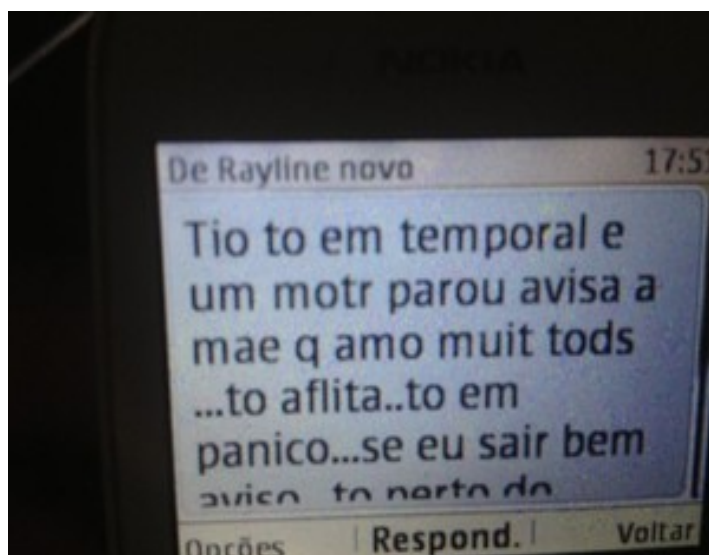
Para mais informações sobre o andamento e histórico do Projeto Cruviana, acesse:
<http://isa.to/1iI2QCa>

Fonte: Ascom/CIR

PA – Passageira de avião que levava equipe de saúde indígena para aldeia pediu ajuda por mensagem

SÍTIO G1, 19.03.2014

Avião levava equipe de saúde para aldeia em Jacareacanga, sudoeste do Pará. Passageira, que é técnica em enfermagem, mora em Santarém



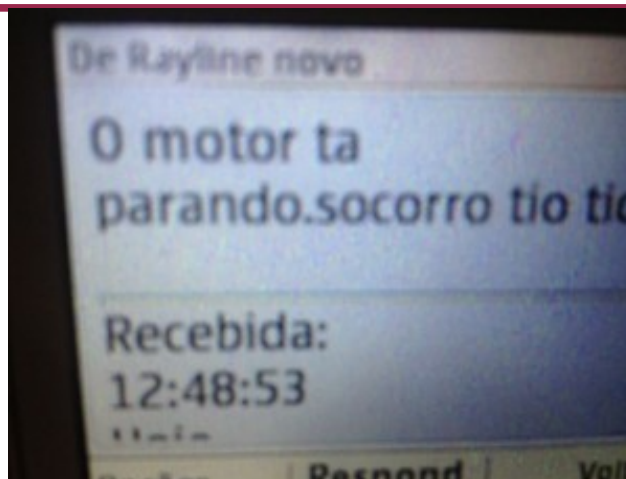
Parte da primeira mensagem enviada por Rayline ao tio.
Foto: Luana Leão/G1

A técnica em enfermagem Rayline Campos, uma das passageiras do bimotor que levava uma equipe com profissionais de saúde de Itaituba para uma aldeia indígena em Jacareacanga, sudoeste do Pará, pediu socorro ao tio por mensagens no telefone celular minutos antes de a aeronave desaparecer.

Ela mora em Santarém, oeste do Estado, e trabalha em Jacareacanga. Duas mensagens foram enviadas do telefone celular de Rayline para o celular do tio, Rubélio Santos, que mora em Santarém.

Na primeira mensagem, às 12h47, a técnica em enfermagem avisava o tio sobre o perigo. "Tio to em temporal e um motr parou avisa a mae q amo muit tods ...to aflita..to em pânico...se eu sair bem aviso...to perto do jkre...reza por nos...n avisa a tia ainda... (sic)", dizia a mensagem. Na segunda, às 12h48, Rayline pediu socorro. "O motor ta parando.socorro tio tio (sic)".

CONT.



Segunda mensagem, enviada às 12h48, foi último contato feito por Rayline com o tio. Foto: Luana Leão/G1

Segundo Rubélio, a sobrinha saiu de Santarém na segunda-feira (17) para trabalhar na aldeia indígena. "Esteve aqui em Santarém, viajou ontem para ir para Itaituba e pegar o avião hoje para ir para Jacareacanga. Ela passa às vezes quinze dias ou vinte dias para lá e volta pra cá pra passar o dia com a gente. Na hora que estava acontecendo o problema com o avião, ela passou duas mensagens que tinha parado o motor e pedindo socorro. Depois, ninguém teve mais contato com ela", contou.

De acordo com o tio de Rayline, para saber informações da localização da aeronave e das vítimas, ele e a esposa estão mantendo contato com familiares que moram em Itaituba e Jacareacanga.

A família ainda tem esperanças de que ela esteja com vida. Segundo o tio, o piloto do bimotor é conhecido como um profissional experiente.

Buscas suspensas

Um helicóptero da Força Aérea Brasileira foi deslocado de Manaus para realizar buscas em Jacareacanga. No entanto, no começo da noite, um tempestade impediu que o trabalho prosseguisse e as buscas foram suspensas. De acordo com a Aeronáutica, um avião pelicano do esquadrão de buscas e resgate saíra de Campo Grande (MS) para auxiliar na procura pela aeronave no Pará na manhã de quarta-feira (19).

De acordo a Agência nacional de Aviação Civil (Anac), a situação da aeronave desaparecida, de matrícula PR-LMN, estava regular. A Inspeção Anual de Manutenção (IAM) e o Certificado de Aeronavegabilidade (CA) estavam em dia.

O G1 realizou novo contato com a empresa Jotan Taxiaéreo, dona na aeronave desaparecida. No entanto, a empresa informou que ainda não irá se pronunciar a respeito do caso.



Boletim de Notícias - Edição nº 50./ 2014

Brasília, 19 de março de 2014.

Estudantes de Humaitá com período letivo comprometido devem procurar campus para regularizar situação

SÍTIO SEIND, 19.03.2014

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg) da Universidade Federal do Amazonas, considerando a Recomendação Nº 02/2014, 5º Ofício Cível, da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com o fito de garantir aos estudantes indígenas da região de Humaitá/AM o aproveitamento do ano letivo, como garantia de que não sofrerão prejuízos em decorrência dos conflitos e ameaças existentes na região, torna público e convoca os alunos regularmente matriculados no Instituto de Agricultura e Ambiente (IEAA), campus de Humaitá (IAA) e que tenham sido impedidos de dar prosseguimento às atividades acadêmicas neste semestre letivo, para que compareçam no período de 18 de março a 26 de março de 2014, à referida unidade acadêmica, a fim de requererem as providências cabíveis para recuperação dos estudos que porventura tenham perdido.

Fonte: Ufam

Acesse: <http://www.ufam.edu.br>

A Antropóloga Berta G. Ribeiro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2014



Por Consuelo Pondé, na Tribuna da Bahia

De repente, sem mais nem menos, lembrei-me de uma mulher admirável que, por ter sido casada com um “monstro sagrado” da inteligência brasileira, Darcy Ribeiro, tem sido olvidada, porque o brilho do companheiro ofusca a sua florescência.

Efetivamente, muitas intelectuais são relegadas ao segundo plano, seus trabalhos intelectuais se tornam obscurecidos diante da obra dos seus esposos ou companheiros. Além de Berta, ocorre-me o nome de Leda Boechat Rodrigues, esposa e colaboradora permanente do historiador José Honório Rodrigues.

Berta Ribeiro, parceira incomparável de Darcy Ribeiro, está no rol dessas grandes mulheres ofuscadas pela radiação do marido, embora tenha sido uma competente etnóloga, certamente, a maior autoridade em Cultura Material dos Povos Indígenas do Brasil.. Filha de Motel e Rosa Gleizer, nasceu a 2 de outubro de 1924, na região romena da Bessarábia. Chega ao Rio em Janeiro de 1933, aos nove anos de idade, acompanhada do pai, que enviuvara, e da irmã Jenny, indo a família residir nos arredores da Praça XI, reduto da comunidade judaica.

CONT.



Em São Paulo Jenny foi presa e deportada para a Europa por exercer atividade subversiva. Seu pai seguiu ao seu encalço, tendo sido detido e conduzido a um campo de concentração, onde morreu. Sozinha, em país estranho, Berta ficou entregue à responsabilidade do Partido Comunista, ao qual seu pai e sua irmã pertenciam. Entre 1936 e 1947 morou em São Paulo, passando a estudar na Escola de Comércio Alves Penteado, onde frequentava o Curso Técnico de Contabilidade.

Para custear seus estudos, passou a exercer a função de datilógrafa em determinada empresa. Graças a esse emprego pode mudar-se para uma pensão, deixando de ser dependente do PCB. Conheceu Darcy Ribeiro, em 1946, durante uma manifestação do Partido Comunista. Casaram-se, em 1948, quando Darcy ingressou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Separaram-se em 1974, após 26 anos de união e parceria profissional.

Formada em História e Geografia pela Universidade Nacional de Brasília (UNB), em 1953. Berta teve sua carreira interrompida pelos exílios no Uruguai, Venezuela, Chile e Peru. Mas, não ficou parada, olhando para o firmamento. Trabalhou arduamente na organização da documentação etnográfica de Darcy Ribeiro, com quem realizou inúmeras tarefas pelos sertões do Brasil.

Retornando do exílio em 1974, doutorou-se em Antropologia Social pela USP em 1980. Na oportunidade defendeu um dos mais completos estudos comparativos de cestaria indígena alto xinguana e alto rionegrina.

Teve eficiente atuação no Museu do Índio e no Museu Nacional. Como professora associada da UFRJ, ministrou aulas na pós-graduação e orientou alunos nos temas da sua especialidade. Era entusiasta da atividade que exercia, incutindo entusiasmo nos estudantes pelos conhecimentos de cultura material das populações indígenas.

Como membro atuante do Setor de Etnografia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (RJ) Berta recebeu apoio da Profa Maria Heloísa Fenelon Costa, que, após um longo interregno, a ajudou a retomar suas atividades de etnóloga.

Assim, nos idos de 1979, empreendeu viagem de estudo ao Xingu, onde coexistiam cerca de 14 tribos de falares distintos, pertencentes aos quatro principais troncos linguísticos indígenas brasileiros (Tupi, Aruak, Karib, Jê) e uma língua isolada Trumái, cuja homogeneidade cultural fora objeto de observação de Karl von den Stein e outros etnólogos que percorreram a região dos formadores do rio Xingu, desde a aventura encetada por Steinen em 1884.

Tenho em mãos, no momento, seu livro: Diário do Xingu, de 1979, publicado pela Editora Paz e Terra. Curiosamente, essa denominação tinha tudo a ver com aquela mulher extraordinária. Mulher fincada na terra que adotou, e suave como a paz da qual se ressentia.

Mulher forte, destemida, que enfrentava os mistérios das matas, os pequeninos aviões em que viajava ao lado de companheiros de aventuras, para ir ao encontro dos índios. Voltou ao Posto Leonardo, que visitara em 1963, e mal reconheceu, porque a estrada que ligava o campo de pouso ao "vilarejo" se apresentava bem mais larga e socada.

CONT.



A naturalidade com que Berta faz seu relato é característica de quem possui desassombro para enfrentar as vicissitudes. Coisa alguma lhe produzia espanto, nem receio. Encarava hábitos e condutas dos indígenas com a maior naturalidade. Visitou várias aldeias, tendo o cuidado de escrever o que via e desenhar as figuras gráficas produzidas pelos sivilcolas.

Dentre muitos, são exemplos os grafismos dos yawalapití, o desenho de um homem feito por um índio waurá (do caderno de notas de Wilhem von den Steinen (1887), sem falar nas anotações sobre a comida Kayabi, um sem número de ilustrações, fotografias e um índice e glossário. Também possuo, de Berta, o trabalho primoroso, belamente ilustrado em pranchas soltas do texto, sobre a "Arte Plumária dos índios Kaapor" (Maranhão) que revela o gosto e o apuro extraordinários da autora pela cultura material dos povos indígenas.

Estive com ela poucas vezes, mas o suficiente para ficar fascinada com sua personalidade incomum. Darcy, nascido em 26 de outubro de 1922, morreu vítima de câncer de pulmão, a 17 de fevereiro de 1997, no Distrito Federal. Berta faleceu no dia 17 de novembro de 1997, no mais absoluto esquecimento.

Autora de vários livros, um deles deve ser destacado, "O Índio na História do Brasil", lamentavelmente desconhecido pela maior parte dos brasileiros. Livro para ser adotado nas escolas de todo o país, que se esquece da sua matriz fundamental para cultuar apenas as contribuições adventícias.



Fundação Cultural Palmares certifica mais 19 comunidades quilombolas

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 19.03.2014

A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela Fundação Cultural Palmares – MinC desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos. De acordo com o texto publicado no Diário Oficial da União, desta terça-feira, 18/03, mais 19 comunidades remanescentes de quilombos passam a ter mais acesso às políticas públicas sociais e de habitação do Governo Federal, pois acabam de receber seu documento de autodefinição.

Mais acesso às políticas públicas – De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, após a certificação “a comunidade passa a ter mais visibilidade em relação ao acesso às políticas públicas”, ressalta. Reis explica os benefícios que esse reconhecimento leva às famílias quilombolas “como receber a titulação do território, participar do Minha Casa, Minha Vida, do Programa Brasil Quilombola e passa ser habilitada para o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)”.

Até hoje, a FCP-MinC já emitiu 2024 certidões de autodefinição que reconhecem 2.427 comunidades quilombolas.

Saiba como conseguir a certificação

Como a comunidade deve proceder para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente de quilombo:

A comunidade deve possuir uma associação legalmente constituída; e apresentar uma ata de reunião convocada para a autodefinição aprovada pela maioria dos moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

Nos locais onde não existe associação, a comunidade deve convocar uma assembleia para deliberar sobre o assunto autodefinição, aprovada pela maioria de seus membros, acompanhada de lista de presença;

Enviar esta documentação a FCP, juntamente com fotos, documentos, estudos, reportagens, que atestem a história do grupo e suas manifestações culturais;

Apresentação de relato sintético da história;

Solicitar ao Presidente da FCP a emissão da certidão de autodefinição.